

# ESPAÇO ACADÊMICO

Faculdade Católica Rainha da Paz - Araputanga - MT

Ano IX - Nº21 - Mar/Out 2013



**A ALEGRIA DA FÉ - p.03**

**O SERVIÇO NOTARIAL - p.06**

**ESTÁGIO REMUNERADO - p.14**

**BUSINESS INTELLIGENCE - p.17**

**AGRADECIMENTOS AO PROF.  
MS. ODENILDO DE SÁ TELES - p.24**



FACULDADE CATÓLICA  
RAINHA DA PAZ  
ARAPUTANGA-MT

Seu lugar é aqui!

2014

# Vestibular

INSCRIÇÕES

15/10 a  
05/12/2013

Prova dia  
de dezembro de 2013

08

[www.fcarp.edu.br](http://www.fcarp.edu.br) (65) 3261-1314

ADMINISTRAÇÃO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS - DIREITO - EDUCAÇÃO FÍSICA - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**EXPEDIENTE**  
**REVISTA INFORMATIVA**  
**ESPAÇO ACADÊMICO**  
**Nº 21 ANO IX**  
**Mar/Out 2013**  
**ISSN 2176-1914**

**Diretora**

Marilza Larranhagas da Cruz

**Edição Geral**

Edna Soares da Silva

**Arte Finalista**

Rafael Oliveira Andrade

**Revisão**

Elaine Regina Franco Magro

Eda Lúcia Seben Marquezini

**Departamento Comercial**

Eleuzamar Maria da Silva

**Conselho Editorial**

Andréa Barbosa Proto

Eda Lúcia Seben Marquezini

Edna Soares da Silva

Eleuzamar Maria da Silva

Jefferson Antonione Rodrigues

José Coelho Pinto

Luciana de Oliveira Silva

Marilza Larranhagas da Cruz

Marisa Brito Aguiar

Avenida 23 de Maio, Nº 02, Araputanga - MT / CEP. 78.260-000

[www.fcarp.edu.br](http://www.fcarp.edu.br)

## ÍNDICE

CARTA AO LEITOR.....	03
EDITORIAL.....	04
O SERVIÇO NOTORIAL E SUAS ATRIBUIÇÕES .....	06
DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA .....	07
2013 O ANO DA CONTABILIDADE .....	08
O DIREITO A EDUCAÇÃO: EFETIVIDADE DESENVOLVIMENTO NACIONAL .....	09
O CUSTO DA PRODUÇÃO DO GADO LEITEIRO.....	10
DIA DO INDIO QUANDO? .....	11
RESISTÊNCIA A MUDANÇA ORGANIZACIONAL .....	12
EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA: POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA INOVADORA NO CONTEXTO ESCOLAR .....	13
ESTÁGIO REMUNERADO É SINÔNIMO DE MÃO DE OBRA BARATA? .....	14
A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA .....	16
BUSINESS INTELLIGENCE : O MECANISMO NA WEB.....	17
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INTERNO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MORADADOS PEQUENINOS E PINGO DE GENTE NA CIDADE DE ARAPUTANGA-MT .....	18
A PRÁTICA DA DANÇA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA ESTADUAL .....	19
GETOR DE TI: AGREGANDO VALOR AO NEGÓCIO .....	20
NOTÍCIAS.....	22
AGRADECIMENTOS AO PROF. MS. ODENILDO DE SÁ TELES..	24
ESPIRITUALIDADE.....	25

# CARTA AO LEITOR

A ALEGRIA DA

# FÉ



Um repicar de sinos e estouro de foguete, em tantas cidades e comunidades do mundo.

Deus nos deu um novo Bispo de Roma.

O novo Papa da Igreja Católica.

O Papa hoje se tornou o maior líder espiritual do mundo.

Como Jesus, o Papa é o bom pastor que lidera e pastoreia.

O próprio Cristo o deixou para sua Igreja que continua ao longo da História a própria missão de Cristo.

Nós católicos acreditamos que na pessoa do Papa somos guiados pelo próprio Jesus através da Graça do Espírito Santo garantida por Ele a Pedro e seus Sucessores.

Pedro pela Fé foi escolhido para sobre ele construir sua Igreja e guiá-la. Cristo confiou seu poder ao seu representante, apesar dos limites do ser humano, e garantiu sua assistência para mostrar o caminho da fé e da vida a todos os batizados e aos de boa vontade.

Não importa o País, a cor.

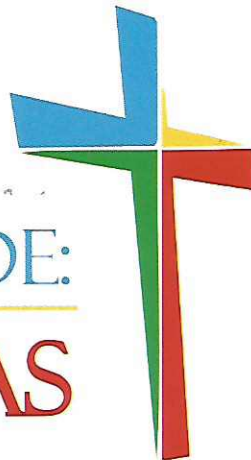
O Papa escolhido é para nós o sucessor de Pedro, o nosso Pastor, o doce Cristo na terra.

Hoje é Francisco, que amamos e seguimos como a Bento XVI.

A Igreja é comunidade de fé e de amor. Nela o que vale é a palavra de Jesus que disse a Pedro: apascenta minhas ovelhas, e hoje fala o Papa Francisco.

Não somos uma sociedade humana, política, mas a família de Jesus Cristo, cuja alma é o Divino Espírito Santo, que apesar dos nossos limites humanos anuncia o caminho da santidade e a salvação a toda humanidade obedecendo ao mandato de Jesus: "Ide anunciar o Evangelho, a Boa Nova do amor do Pai para todos."

Monsenhor Erminio Celso Duca



# FRATERNIDADE E JUVENTUDE: TEMPO DE MUDANÇAS

A Igreja Católica no Brasil anualmente por ocasião do período da Quaresma lança a Campanha da Fraternidade: o propósito é chamar a atenção dos cristãos para a necessidade de conversão. A **CONVERSÃO**, segundo o próprio Documento da Campanha da Fraternidade da CNBB deste ano, deve ser uma atitude de coragem para mudar as estruturas, entre as quais a da própria Igreja, de modo que ela seja cada vez mais geradora de discípulos missionários comprometidos com a vida de todos. Para tanto, convida a reflexão de um tema que se constitui como uma problemática social e que demanda a atuação concreta dos cristãos para construir uma cultura de paz nos moldes pensado por Jesus Cristo.

Este ano, aproveitando o ensejo da Jornada Mundial da Juventude, um evento Internacional realizado pela Igreja desde 1986 e que acontece no Brasil, Rio de Janeiro, pela primeira vez, a Igreja se propôs a rediscutir a questão da juventude como Tema da Campanha da Fraternidade. E ao repropor Juventude como tema nesse tempo de mudança de época como a CNBB nomeia a realidade contemporânea, esta deseja refletir, rezar com os jovens, representando-lhes o Evangelho como sentido de vida e missão.

Edna Soares da Silva\*



A perspectiva eclesial é que o jovem se constitui como um “lugar teológico” privilegiado, ou seja, isto significa acolher a voz de Deus que fala por ele e para tanto precisa aprender a ler e a desvelar os sinais de Deus através da novidade da cultura juvenil (CNBB, 2013). O Papa Bento XVI já em 2007 dizia que a Igreja precisa dos jovens para manifestar ao mundo o rosto de Cristo, que se desenha na comunidade e que se a comunidade eclesial não se abre para o protagonismo juvenil, corre o risco de apresentar uma Igreja desfigurada.

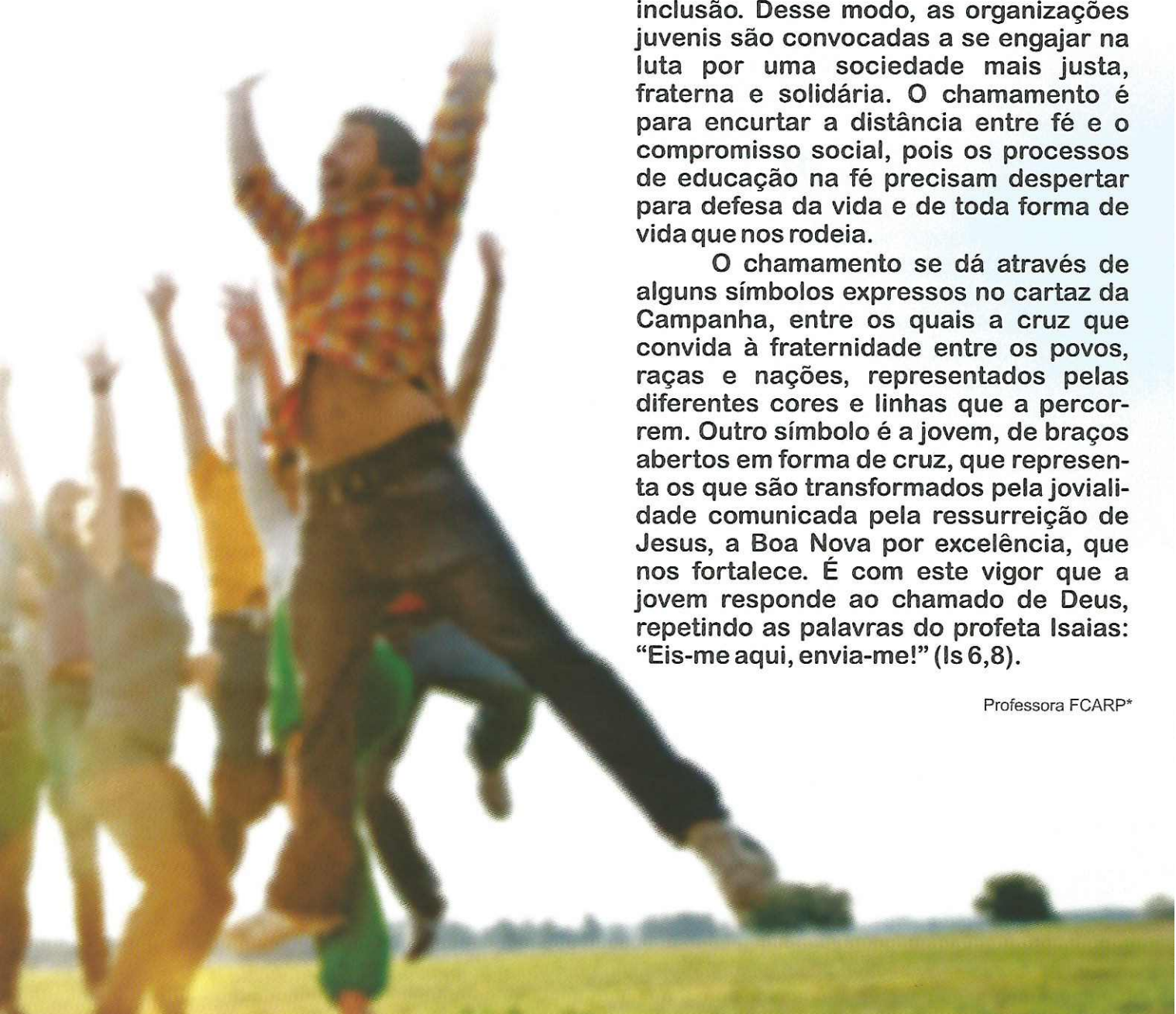
A CNBB ainda assevera que para Jesus Cristo a jovialidade consistia na

própria apresentação da novidade do REINO como renovação radical da relação com Deus e com os irmãos; e isto tinha também consequências radicais diante do sistema de sociedade que vigorava na sua época. Assim, “O cristão não deve ser graxa para amaciar as engrenagens do sistema de morte, mas areia para travar essas engrenagens” (CNBB, 2013).

A Campanha da Fraternidade 2013 conchama os jovens e com eles, toda a Igreja, a contagiar com alegria e criatividade juvenis as estruturas sociais e eclesiais, a fim de cuidar melhor dos jovens sofridos, abrindo para eles os braços da caridade e as portas da inclusão. Desse modo, as organizações juvenis são convocadas a se engajar na luta por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. O chamamento é para encurtar a distância entre fé e o compromisso social, pois os processos de educação na fé precisam despertar para defesa da vida e de toda forma de vida que nos rodeia.

O chamamento se dá através de alguns símbolos expressos no cartaz da Campanha, entre os quais a cruz que convida à fraternidade entre os povos, raças e nações, representados pelas diferentes cores e linhas que a percorrem. Outro símbolo é a jovem, de braços abertos em forma de cruz, que representa os que são transformados pela jovialidade comunicada pela ressurreição de Jesus, a Boa Nova por excelência, que nos fortalece. É com este vigor que a jovem responde ao chamado de Deus, repetindo as palavras do profeta Isaías: “Eis-me aqui, envia-me!” (Is 6,8).

Professora FCARP\*



# O SERVIÇO NOTARIAL E SUAS ATRIBUIÇÕES

Marisa Brito Aguiar\*  
Valéria Costa de Mei\*\*

O Serviço Notarial é uma organização prestadora de serviço ao público, não sendo considerada uma empresa pelo fato de a mesma ser delegada por uma pessoa física, onde a esta categoria são titulados como notários ou tabeliães. Estes são procuradores da justiça maior, imbuídos do dever de atender os interesses da população em horário e local de fácil acesso, transmitindo veracidade e confiança à comunidade.

São inúmeras as atribuições e competências dos Serviços Notariais, aos notários ou tabeliães incumbe o ato de ouvir, orientar para que a população possa agir em conformidade com a lei. Compete a lavratura de documentos públicos, tais como escrituras, procurações, testamentos, atos notariais, reconhecimentos de firmas e autenticações, enfim formalizando juridicamente a vontade das partes.

Nas organizações notariais o fluxo de Receita e Despesa se dá em detrimento dos atos realizados na serventia, seja ela notarial ou registral, o usuário efetua o pagamento referente ao serviço prestado, denominados emolumentos ou taxas previamente estabelecidos por uma tabela de emolumentos designada pela Corregedoria Geral da Justiça - CGJ.

Dentre os mais variados serviços destacam-se os selos de controle de segurança, objetivando dar segurança jurídica quanto à autenticidade dos atos, além de ser uma forma de o Poder Público controlar as entradas de emolumentos na serventia.

O número de selos deverá corresponder à quantidade de atos praticados num único documento. Quando um documento possuir mais de uma folha e constituir um só ato, o selo será colocado onde houver a assinatura do servidor responsável pelo ato, porém, quando houver mais de uma folha e vários atos, os selos correspondentes aos atos poderão ser distribuídos pelo documento.



É importante ressaltar que a não utilização do selo de controle, de acordo com as regras fixadas em lei, o documento perde a validade do ato.

Para elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, foi realizado um estudo de campo na Serventia Notarial Santa Rita na Cidade e Comarca Raio de Luz, onde através do acesso ao Relatório Mensal da serventia, permitido e autorizado pelo tabelião substituto - foi possível colher todos os valores das Receitas e Despesas, juntamente com os percentuais dos tributos recolhidos do período de 2010 e 2011 para que assim, os mesmos fossem agregados à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Em conformidade com o levantamento dos dados apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício da serventia, houve a possibilidade de identificar que a entrada de receitas é significativa, em contrapartida, os tributos e as despesas também são relevantes. Essa ocorrência dar-se-á em função do alto percentual recolhido mensalmente às serventias e em relação a todas as exigências e normas que os serventuários da justiça devem se adaptar para seguir adequadamente as determinações realizadas pela Corregedoria Geral do Estado de Mato Grosso.

Professora FCARP\*  
Acadêmica egressa do Curso de Ciências Contábeis FCARP\*\*

# DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA – MT

Marcília Benvinda-Fante Da  
Camila Alves de Novais

Vivemos em uma sociedade moderna onde se adotou um modelo de desenvolvimento que gera um elevado padrão de produção, consumo e resíduos devido ao acelerado crescimento populacional, o que resulta em um processo de urbanização intenso e desordenado, gerando sérios problemas de ordem ambiental e de saúde pública. A destinação final do lixo urbano das cidades é hoje considerada uma das atividades de grande impacto ambiental. Sabe-se que existem alguns métodos utilizados para deposição do lixo urbano, entre eles o aterro sanitário. O presente Trabalho de Curso (TC) teve como objetivo analisar a disposição final dos resíduos sólidos produzidos no perímetro urbano de Araputanga-MT, propondo soluções e alternativas para minimizar o volume do lixo no município. O município de Araputanga, situado na região sudoeste de Mato Grosso, objeto de estudo deste trabalho, se enquadra nos municípios de pequeno porte que dispõem seus rejeitos a céu aberto, sem nenhum tratamento prévio. A gestão dos resíduos sólidos urbanos no município limita-se à varrição dos logradouros e coleta diária do lixo. A gestão adotada pelo município traz sérios problemas à comunidade, tais como desvalorização das áreas próximas ao lixão, atração de vetores de doenças, contaminação do solo, do ar e das águas subterrâneas e superficiais pela geração de chorume e emissão de gases tóxicos resultantes da decomposição. A Prefeitura Municipal de Araputanga através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em parceria com o Consórcio Intermunicipal, Nascentes do

Pantanal, mediante a realização do Projeto do Aterro Sanitário imposta por Lei, com prazo estabelecido para 2014. Se o lixo não receber a destinação adequada, pode criar sérios problemas para a geração futura, pois a sociedade não se dá conta dos problemas envolvidos com a questão dos resíduos sólidos. Muito se fala em coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos como alternativas para redução do volume de lixo a ser disposto em aterros ou lixões. A reciclagem permite a diminuição da quantidade de lixo produzido e o reaproveitamento de diversos materiais. Os programas de coleta seletiva vêm se traduzindo também em alternativas de geração de renda para a manutenção e sobrevivência de muitas famílias. O resultado obtido foi considerado satisfatório mediante a pesquisa com os moradores de Araputanga. Percebeu-se o fruto da conscientização, a preocupação das pessoas com a geração de resíduos e a disposição correta dos resíduos sólidos. Ao desenvolver este trabalho observou-se que a população conhece o assunto, sabe o seu significado e reconhece os danos causados, porém não exerce nenhum tipo de ação de melhoria ambiental. Para construção do aterro sanitário, torna-se necessário a implantação da coleta seletiva no município mediante um programa de conscientização da população, além da disposição de recipientes do tipo “containeres” para depósito voluntário dos lixos. Somente com a união de toda sociedade é que se poderá obter êxito nesta questão, promovendo assim, o bem estar de todos.

Professora da FCARP\*  
Egressa do Curso de Administração FCARP\*\*

# 2013 Ano da Contabilidade



Marisa Brito Aguiar\*

A contabilidade evolui progressivamente e deve-se ao progresso da humanidade, assunto constantemente estudado sob as mais distintas perspectivas. Melis (1950) afirmou ser a contabilidade tão antiga quanto à civilização construída pelos homens, principalmente, no campo econômico. Vlaemminck (1961) através da pesquisa sobre a evolução histórica da contabilidade traçou sua correlação com a Economia, no sentido técnico, principalmente, em se tratando dos métodos contábeis a serviço da economia das empresas e a técnica das contas. Sá (1997) ratifica que a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela, portanto, seus progressos sempre coincidiram. Schmidt (2000) assevera que a Contabilidade se manifestou antes do homem desenvolver a civilidade. Iudícibus (2006) deixa claro que em termos de compreensão da evolução histórica contábil, raramente o estado da arte, ultrapassa o grau de evolução econômica, institucional e social das sociedades, em cada época, pois, a produção de teorias contábeis também está associada à evolução comercial, social e institucional, tanto das sociedades quanto das nações. Os estudiosos asseguram que assim como o homem progrediu, também a Contabilidade, ferramenta necessária ao progresso da humanidade, continua evoluindo no pensamento contábil como produto do meio social de seus usuários, em termos de tempo e de espaço em busca de valorização da ciência.

Para confirmar a busca de valorização da contabilidade foi lançada oficialmente, no dia 18 de março de 2013, uma campanha neste sentido no Plenário do Senado Federal, em Brasília com o seguinte slogan: 2013: Ano da Contabilidade no Brasil.

Em aproximadamente, 70 (setenta) anos de história da regulamentação da profissão contábil no Brasil, pela primeira vez a

classe contábil foi recepcionada em sessão solene na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Durante esse ano várias ações realizar-se-ão com vistas à valorização da classe, entre outros assuntos relacionados com a ética, responsabilidade social, ambiental e gestão das organizações comporão a pauta. Esse é o momento propício para mobilizar 486 mil profissionais, entre contadores e técnicos de contabilidade distribuídos nas 81 mil organizações brasileiras, além do universo acadêmico composto por 450 mil alunos de Ciências Contábeis. É importante salientar que mais de 2,5 milhões de pessoas, entre empresários, empreendedores, consultores, docentes estão inseridos no contexto contábil.

O presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Contabilidade – IBRACON, Eduardo Pocetti afirma que esse ano será mais um grande marco para a contabilidade brasileira. “Um dos nossos objetivos ao fazer essa campanha é unir as principais lideranças e órgãos ligados à área contábil para que a profissão seja ainda mais reconhecida e valorizada em sua unidade e representatividade diante da sociedade, das instituições e do segmento empresarial brasileiro”, destaca o executivo.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro disse que o Ano da Contabilidade surgiu em decorrência do crescimento da contabilidade dentro e fora do Brasil, na última década. “Por meio dos órgãos de classe e de seus profissionais, a contabilidade do Brasil atingiu reconhecimento internacional, tornando-se referência e uma das grandes lideranças, principalmente na América Latina e nos países de língua portuguesa. Afirma o presidente.

Professora FCARP\*

# O Direito à Educação: EFETIVIDADE E DESENVOLVIMENTO NACIONAL



Geovania Aparecida Nunes\*  
Rafael Soares Silva Araújo\*  
Wagner Ricci da Silva\*  
Edna Soares da Silva\*\*

O direito à educação, um dever do Estado e da família, está previsto nos artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988(CF/88). Segundo CAMPELO (2008, pg. 03) este enseja a possibilidade do pleno desenvolvimento da personalidade humana. É requisito essencial da cidadania de um povo e garante a evolução de qualquer Estado.

Sob a égide constitucional, a educação é um direito fundamental e subjetivo, intimamente ligado à dignidade da pessoa humana e do qual depende a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalidade, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem comum. Tais objetivos, só serão alcançados a contento a partir de "(...) um sistema educacional democrático, em que a organização da educação formal concretize o direito ao ensino, informado por princípios com eles coerente, acolhido pela Constituição, como: igualdade, liberdade, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais da educação escolar, gestão democrática e garantia do padrão de qualidade". (DA SILVA, p. 839)

Mesmo solidificadas constitucionalmente, as normas que tratam da questão educacional têm eficácia limitada, depen-

dendo de princípios institutivos e programáticos para ser executadas. Assim, criaram-se leis infraconstitucionais para regularizar e normatizar a eficácia da educação. Como exemplo, a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica) implantado através da Emenda Constitucional 53/2006; o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação); o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação); o Programa Mais Educação, entre outros.

Segundo o Artigo 211 da CF de 1988, os Entes Federados organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. À União cabe organizar e financiar o sistema federal de ensino e o dos territórios, e prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e os Estados e o Distrito Federal priorizarão o ensino fundamental e médio. Segundo o Artigo 212 da CF/88, a União aplicará anualmente, nunca menos de 18%, e os outros entes (Estados, Municípios e Distrito Federal) 25% no mínimo da receita resultante de impostos, compreendidas a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para tanto, é necessário um esforço conjunto dos Entes da Federação para que sejam atingidas as metas previstas na CF/88. Em comparação com 65 países, o Brasil ocupa o 53º lugar no ranking que se refere à educação e apesar dos programas sociais que incentivam a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos de idade, ainda há 731 mil fora da escola.

Entretanto, tem havido avanços nas metas estipuladas pelo MEC, como o IDEB total para os anos iniciais do ensino fundamental que, para 2009 era de 4,2 e atingiu o índice de 4,6.

Vários são os impedimentos para uma educação brasileira eficaz, entre os quais, a distribuição desigual dos recursos arrecadados e destinados a esse fim e a desvalorização dos profissionais, pondo a efetividade em termos de garantia de acesso, permanência e qualidade de ensino, distantes do ideal previsto na Carta Magna. É necessário o empenho geral da sociedade e de cada cidadão, para que o direito à educação se efetive nos valores sustentados enquanto direito fundamental e social.

Acadêmicos do Curso de Direito FCARP\*\*  
Professora FCARP\*

## O CUSTO DA PRODUÇÃO DO GADO LEITEIRO



Agilson Poquiviqui\*  
Rafaela da Silva Rezende\*\*

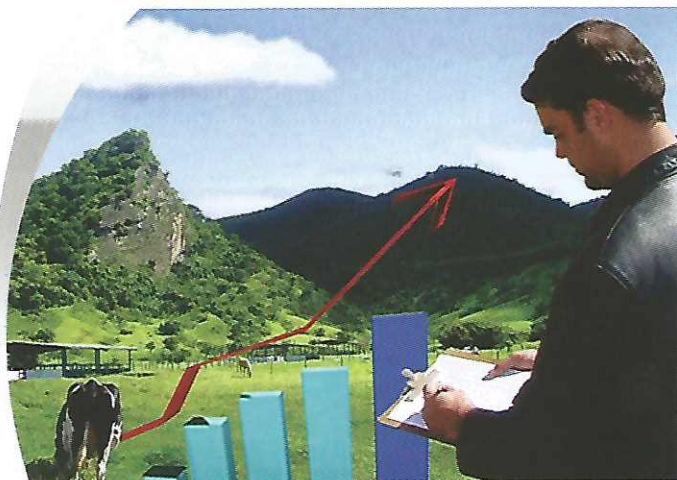
A pecuária tornou-se um dos principais destaques do agronegócio brasileiro, pois, de acordo com Crepaldi (2009), o Brasil tem um dos maiores rebanhos efetivos do mundo.

A pecuária de leite é uma atividade econômica que consiste na criação do gado bovino para a produção de leite. É fundamental destacar que a maioria dos empresários rurais que exercem esta atividade executam a agropecuária familiar, em que se tem como mão de obra o núcleo familiar. Esta cultura decorreu do fato do leite ter deixado de ser apenas um produto de subsistência para ser uma atividade lucrativa.

É possível notar que a produção leiteira no país vem aumentando desde 2000. Alvim (2007), citado por Campos, diz que, atualmente o Brasil ocupa a sexta colocação no ranking dos exportadores. No entanto, é importante salientar que, para esta atividade leiteira continuar se desenvolvendo, é indispensável controlar os gastos relacionados ao processo produtivo, porém, isto não vem ocorrendo e quando o produtor desempenha esta atividade zootécnica, realiza-a de forma incorreta. Sendo assim, grande parte destes empresários rurais desconhecem a necessidade da Contabilidade Rural ou até mesmo acreditam que esta prática é muito complexa, preferindo utilizar apenas seus conhecimentos empíricos.

Diante do exposto, foi desenvolvida uma pesquisa na propriedade rural Nossa Senhora Aparecida, localizada no município de Araputanga – MT, com o objetivo de evidenciar o custo da produção leiteira de 80 vacas no período de julho/2011 a junho/2012. A pesquisa procurou ainda apresentar o cálculo do resultado do período, a fim de fornecer informações úteis a todos os envolvidos na produção leiteira.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo, descritiva, com um questionário, composto de perguntas fechadas aplicada ao empresário rural. Os resultados apontaram que os maiores gastos com a produção de leite referiam-



se a alimentação e manutenção das pastagens, sendo o percentual destes respectivamente 40%. O alto índice gasto com alimentação ocorreu devido ao período da estiagem. A pastagem em si não supriu as necessidades nutricionais do gado, fazendo com que o produtor utilizasse suplementação alimentar, tais como: sal mineral, ureia e silagem.

Os resultados sinalizaram ainda que a média da receita bruta mensal atingida no período pesquisado foi R\$ 5.756,23, enquanto os custos mensais foram R\$ 3.312,46, gerando um lucro líquido de R\$ 2.443,77 por mês, logo, a margem de lucro obtida foi de 42%. Este resultado foi consideravelmente bom, já que a média paga pelo litro de leite foi de R\$ 0,69, enquanto o custo unitário foi apenas R\$ 0,40.

A pesquisa ainda revelou um controle informal de gastos, sem apuração do resultado do exercício, somente para evitar gastar mais do que a arrecadação. Acredita-se que este procedimento, embora não recomendável, influenciou nos resultados atingidos, pois sem ele os custos poderiam ser maiores.

É importante que o gestor rural tenha consciência sobre a necessidade da Contabilidade, principalmente quanto ao controle de custos, pois de nada adiantaria conhecer todas as técnicas para cuidar do rebanho sem saber se a atividade exercida seria ou não rentável.

Portanto, recomenda-se a utilização frequente de um método de controle de custos, disponibilizado pela Contabilidade, a todos os pecuaristas que desenvolvem a atividade da produção do leite.

Professor FCARP\*  
Acadêmica egressa do Curso de Ciências Contábeis FCARP\*\*

# DIA DO ÍNDIO? QUANDO?

Edna Soares da Silva\*  
José Santana de Macedo\*\*

Desde o descobrimento do Brasil, os indígenas foram escravizados cristianizados e utilizados para transportar e produzir riquezas da colônia (Brasil) para metrópole (Portugal). Essa realidade foi imposta por leis, decretos e alvarás, que oscilaram no tempo entre permissões e revogações (ANTUNES, p. 871-873). As Constituições Federais do Brasil como um todo contribuíram para o reconhecimento dos direitos indígenas, mas foi a Constituição Federal de 1988 a que reconheceu especificamente "ao índio seu modo de ser (...), impondo à União a obrigação de proteger (...) suas terras, sua cultura, línguas (...) e o direito originário sobre suas terras", diferindo das Constituições anteriores (idem, p. 879). Entretanto, apesar dos direitos explícitos pela Constituição de 88 em dois artigos próprios (art.23, 231 CF/88), podemos verificar que hodiernamente o Estado brasileiro mostra-se incapaz de promover os direitos que lhes foram atribuídos (BANIWA, 2013), diante dos constantes massacres do capitalismo e do modelo neodesenvolvimentista brasileiro (APIB/CIMI, 2013).

Diante dessa realidade, impõe-se a pergunta: porque os indígenas ainda não desapareceram? Complexa é a resposta. Devemos primeiro avaliar o contexto de quem e de como foi a aproximação do homem branco dos indígenas. Aqueles que foram submetidos à cristianização impostos pelas missões jesuíticas no Brasil no século XVI, carregam no seu bojo cultural a mescla da fé

católica com o perspectivismo ameríndio (PACINI, 2012). É o exemplo dos chiquitanos na fronteira Brasil-Bolívia, onde é notória a presença da Igreja. Não obstante a intervenção dos jesuítas na vida dos chiquitanos, o catolicismo, quanto à omissão da identidade indígena, revela um meio estratégico de resistência para que pudessem hoje, num momento mais adequado, ressurgir e reivindicar seus direitos de origem.

Destarte, os chiquitanos foram obrigados a omitir sua identidade para não desaparecer, pois, suas terras foram tomadas por posseiros e, quem se intitulasse como indígena seria expulso das terras, ou ignorado sem oportunidade de trabalho nas fazendas vizinhas, por ter direitos sobre suas terras tradicionais.

E nós cidadãos civilizados? O "civilizado" em regra trata com desrespeito a natureza; inversamente os indígenas respeitam e colhem da natureza sua fonte de "ser" indígena com toda sua riqueza cultural e a mística de sobreviver com sustentabilidade. Observa Leonardo Boff (2001, p. 146-153) que há uma dívida do Brasil para com os povos indígenas e, a eles, devemos nossa própria formação, pois deles tivemos a primeira geração de brasileiros mestiços, deles tiramos o hábito de tomar banho e escovar os dentes diariamente e vários outros.

A presença indígena está em tudo e pressupomos que o "jeitinho brasileiro" provém, em parte, do direito de resistência dos índios e negros quando assassinavam seus malfeitores, para não serem massacrados; da realização de abortos e infanticídios nos momentos críticos, pois num momento de fuga, não teriam condições de levar mais de uma criança (WOLKMER, 2003, p. 136-137).

Daí, captamos fragmentos da formação do povo brasileiro, com seu jeito e forma de ser. E, que não existe o dia do índio, mas sim "o dia do brasileiro", pois, somos apenas brasileiros genéricos (RIBEIRO, 1995, p. 448) numa identidade marcada de sangue indígena, ignorando sempre aqueles que foram a base do que somos hoje. Dia do índio? Quando? Sempre! Todos os dias.

Professora FCARP\*  
Acadêmico do Curso de Direito FCARP\*\*



# RESISTÊNCIA À MUDANÇA ORGANIZACIONAL



Luiz Carlos dos Santos\*  
Zelândia Moraes Fernandes da Costa\*\*

O mundo vem passando por constantes transformações. Esse cenário vem obrigando as organizações que pretendem manter-se no atual mercado, altamente competitivo, a mudarem na mesma velocidade. Desse modo é exigido das pessoas (que muitas vezes são consideradas a própria organização) a resiliência necessária para além de aceitar as mudanças se adaptar da melhor forma possível a elas.

Segundo Kotter a economia global proporciona tanto riscos quanto oportunidades, forçando as organizações a buscarem melhorias continuamente, não somente para competir, mas para sobreviver. Este é um dos principais desafios das organizações contemporâneas: dispor de colaboradores que não sejam resistentes à mudança, uma vez que tal comportamento tende a desencadear uma série de situações que atrapalham o desempenho organizacional.

Alguns autores que tratam o tema, a exemplo de Robbins, Judge e Sobral (2010), mostram que as principais variáveis do comportamento humano que motivam o comportamento resistente diante do novo, podem ser segmentadas em duas fontes, individuais e organizacionais. Nas fontes individuais permeiam: os hábitos (agimos conforme o costume); indivíduos com necessidades de segurança em grau elevado resistem a mudanças por se sentirem ameaçados em sua zona de conforto; fatores econômicos, a possibilidade de não apresentar o mesmo desempenho de antes, especialmente quando a remuneração estiver vinculada à produtividade; medo do desconhecido, pois, a mudança faz o conhecido ser trocado



pela incerteza; processamento seletivo de informações, pois as pessoas processam seletivamente as informações na tentativa de manter suas percepções intactas e só ouvem o que querem ouvir, ignoram informações que possam desafiar suas verdades. Mas as fontes organizacionais de resistência à mudança são: a inércia estrutural, os mecanismos internos de proteção à estabilidade agem como um contrapeso para sustentar a estabilidade; o foco limitado de mudança, toda organização é formada por subsistemas (núcleos internos de gestão) não se pode fazer mudanças em um deles sem afetar os demais; inércia de grupo, mesmo que os indivíduos queiram mudar seu comportamento, o comportamento grupal e suas normas atuam de forma limitadora; ameaça a especialização, alterações nos padrões organizacionais podem ameaçar o sentimento de exclusividade de grupos que se consideram especializados e por fim, a ameaça às relações de poder estabelecidas, pois a redistribuição de autoridade na tomada de decisão pode ameaçar as relações de poder já estabelecidas.

Diante do visto, fica o questionamento: como superar a resistência à mudança nas organizações? As variáveis a serem consideradas são inúmeras e a pressa em promover as mudanças pode levar a decisões ruins, deve-se ter a noção real da magnitude completa de seus efeitos, precisa-se pensar cuidadosamente em todas as implicações, o que nos leva a um princípio básico para o sucesso do planejamento. Não podemos tratar a resistência como algo totalmente negativo, existem também aspectos positivos se levados às discussões abertas e ao debate, ao invés da apatia e ao silêncio. Quando a resistência for considerada apenas como uma ameaça pode aumentar o nível de conflito disfuncional, assim maximizando as fontes de resistência.

O tema é bastante complexo, estaremos nas próximas edições tratando do assunto com mais profundidade e em abordagens diversas, apresentando resultados de pesquisas realizadas em empresas públicas municipais.

Professor FCARP\*  
Acadêmica egressa FCARP\*\*



# EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA:

## POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA INOVADORA NO CONTEXTO ESCOLAR

Gédson Cardoso Kempe\*  
Polyana Souza Brito\*\*

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é a modalidade de ensino nas etapas do ensino fundamental e médio da rede pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebem os jovens e adultos que não completaram os anos da educação básica em idade apropriada. O presente estudo será apresentado como trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Educação Física na Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP, e teve como objetivo geral analisar a aceitação dos escolares da EJA pelas atividades propostas nas aulas de Educação Física. Foram aplicadas sessões de intervenção para verificar o interesse dos escolares pelas aulas de Educação Física diferenciadas, verificando o envolvimento dos mesmos nas atividades propostas e, as relações interpessoais aluno-aluno. Esse estudo caracteriza-se como descritivo, quase experimental, de abordagem qualitativa e quantitativa. Foram considerados participantes desse estudo, 18 escolares regularmente matriculados na Educação de Jovens e Adultos de uma instituição estadual do município de Reserva do Cabaçal e como instrumento para coleta de dados, foram utilizados dois questionários, contendo sete questões cada. Foi aplicado um antes das sessões de intervenção pedagógica e o outro após as sessões, com finalidade básica e com durações e frequências semanais em tempo suficiente. A partir dos resultados obtidos no presente estudo, pode-se notar que as aulas de Educação Física para alunos da EJA é muito importante e eles gostam, participam mesmo que as aulas não atendam às necessidades. Na educação de jovens e adultos não podemos deixar de considerar que a idade é bem variada, assim sendo o trabalho passa a ser diversificado nos seus interesses e formas de aprendizagem, por isso o professor deve ser competente e preocupado com aulas que atendam esse grupo. Apesar de alguns profissionais acharem que as aulas práticas na

EJA não dão muito certo, nessa pesquisa notamos que não só dá certo, como eles gostam das aulas, apenas devemos planejar cuidadosamente cada atividade passada a eles, pois as aulas práticas funcionam como uma ótima ferramenta para despertar o interesse dos escolares para aprenderem, e para muitos que trabalham e não têm tempo de cuidar da saúde, esse torna-se o momento mais adequado. O papel da Educação Física na EJA é fundamental como instrumento de inserção social, de cidadania e de melhoria de qualidade de vida. Percebemos que os escolares tiveram algumas dificuldades nas atividades desenvolvidas, pois muitas práticas que foram aplicadas não eram do conhecimento deles ou nunca os tinham vivenciado. O jump, o elástico extensor são exemplos de alguns dos materiais que desconheciam e tiveram muita dificuldade. Na dança também, mas depois que começaram a praticar as atividades durante as sessões, mais uma vez superaram as suas dificuldades. Os escolares da EJA são assim, todos os dias têm um novo desafio para superar e fazem isso muito bem. No presente trabalho podemos notar também que o problema dos escolares nas aulas não é o professor e sim os conteúdos aplicados. Eles pensavam ter uma aula de Educação Física que fosse adequada as suas necessidades, mas no momento em que vivenciaram novas práticas, notaram que as aulas de Educação Física vão muito além do que pensavam. Claro que ainda há muitos desafios a serem vencidos, levando isso em consideração é que ressaltamos que o profissional de Educação Física deve trabalhar não só para atender “aluninhos” que entraram agora na escola, mas sim para atender as reais necessidades de todos os escolares, condizentes com as limitações e anseios destes.

Professor FCARP\*  
Acadêmica do Curso de Educação Física FCARP\*\*

A stylized illustration of a woman with long dark hair, blindfolded with a white cloth. She is holding a golden scale of justice. The background is a light blue and white striped pattern.

## ESTÁGIO REMUNERADO É SINÔNIMO DE MÃO DE OBRA BARATA?

Ao ingressar na vida acadêmica muitos alunos já começam a se preocupar com o início de praticar desde logo a profissão escolhida; muitas embora possam ser as preocupações desnecessárias, já que não conhecem a fundo todas as disciplinas que ainda terão que cursar no interregno de 04 a 05 anos nos bancos da academia.

A Lei nº 11.788/2008 de autoria do senador Osmar Dias, define o estágio como “o ato educativo escolar que seja supervisionado pela instituição de ensino (IES), desde que desenvolvido no ambiente de trabalho, visando à preparação do estagiário para a vida profissional futura”.

O estágio que visa o ingresso do estudante no mercado de trabalho integra o itinerário formativo do estagiário, ora educando, e que inclusive esse estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, que lhe ensejou a autorização e o reconhecimento pelos órgãos competentes.

Como parte da matriz curricular do aluno, o estágio é tido como obrigatório e definido como pré-requisito para aprovação e obtenção do diploma, mas também tem o estágio que não é obrigatório, sendo uma atividade opcional dada ao aluno interessado que vem acrescer à carga horária regular e obrigatória conforme reza a lei do estágio.

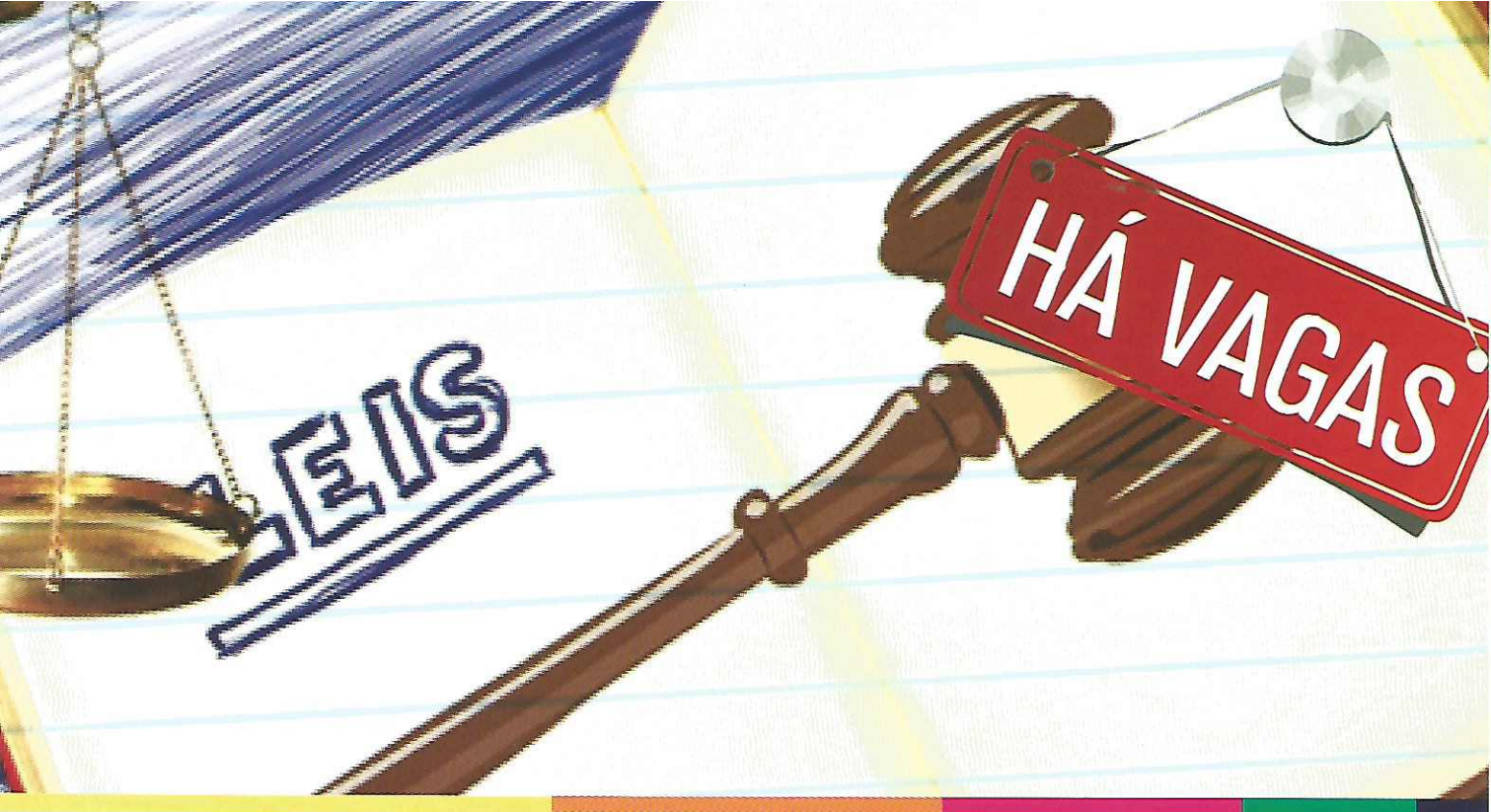
Msc. Everton Leandro da Costa\*

Na atual conjuntura econômica, o contrato de estágio virou “moda” de ser utilizado como mão de obra barata, meio pelo qual as empresas deturpam a verdadeira finalidade do estágio para não recolher os impostos devidos, inclusive para não pagar o salário base de cada modalidade profissional.

O estágio não é uma relação de emprego e conseqüentemente, não caracteriza vínculo empregatício de qualquer natureza, mas para tanto deve sempre observar os seus requisitos legais para que não sejam devidos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Para concessão do estágio é necessário a observância se o aluno está matriculado e possui frequência regular na IES, imprescindível também a celebração do termo de compromisso entre o estagiário, a parte concedente do estágio e a IES, além do mais suas atividades desenvolvidas no estágio devem ser compatíveis com a prevista no termo de compromisso assinado entre as partes.

O descumprimento da lei pela parte concedente do estágio gerará vínculo empregatício do estagiário com a outra parte, tornando o contrato nulo e gerando todos os encargos da legislação trabalhista e previdenciária,



de acordo com o artigo 15 da referida lei de estágio. Além disso, o empregador poderá sofrer a penalidade de não poder receber estagiários por dois anos e tal penalidade está limitada a filial ou agência que for cometida a irregularidade.

Analisando algumas das peculiaridades do caso em comento, podemos verificar que é de fácil constatação outros vários aspectos que contribui para essa visão distorcida que o estágio é sinônimo de mão de obra barata. A mudança ocorrida com a promulgação da lei em 2008 já ajudou e muito, portanto, não basta somente a força legal para ser seguida se não temos um controle e fiscalização assídua nas empresas. É preciso verificar se realmente estão cumprindo seu papel a qual foi incumbida a fazer, inclusive divulgou a vaga como tal. Resta saber se o educando não está sendo apenas um “obreiro” de menor custo para a empresa.

A jornada de trabalho do estagiário não pode ser tão extensa que possa atrapalhar seu objetivo maior, que é seus estudos, pois o objetivo é o aprendizado e não a mão de obra barata para a empresa, que deixa de contratar um profissional já qualificado e opta por estagiários, pagando a estes até um quarto do valor que pagaria aquele pelas funções desempenhadas, além de não incidir os

tributos ao caso propriamente dito.

Enquanto várias universidades lutam para colocar em prática seus objetivos que é demonstrar a realidade fática de todo o conteúdo visto em sala de aula, outras tantas descartam a seriedade necessária para lidar com o aprendiz universitário ou tecnólogo. Logo, o principal objetivo é promover a interação entre as IES e o setor econômico, e com isso, possibilitando a melhor complementação da formação profissional dos estudantes.

O aprendizado como estagiário não traz vantagens apenas para os estudantes, mas também para as empresas, pois é a oportunidade de estarem próximas das pesquisas acadêmicas e de ideias novas, além de ter a grande chance de estar na frente para a busca por novos talentos.

Contratos elaborados sob a falsa condição de estagiário que de fato pode se verificar os elementos ensejadores do contrato de trabalho previstos nos artigos 2º e 3º da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), serão nulos de pleno direito para que o vínculo empregatício seja estabelecido imperiosamente e a moralidade ética educacional seja prevalecida com continuidade do processo de ensino para uma formação técnica mais qualificada e que expressa a realidade.

Professor FCARP\*

# A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA



Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes\*  
Mari Custódio Matsushita\*\*

As reflexões que apresentamos é resultado das leituras e discussões realizadas na disciplina de Organização da Educação Escolar Brasileira, turma do 3º semestre (2012) do curso de Educação Física, da Faculdade Católica Rainha da Paz. Considerando a ementa proposta para esta disciplina, o tema sobre Projeto Político Pedagógico (PPP) foi provocador no sentido de compreender o papel do professor de Educação Física na sua elaboração.

O PPP foi instituído como elemento essencial à escola, conforme consta no Art. 12, Inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A elaboração do Projeto Político Pedagógico é uma das competências atribuída pela legislação aos professores para refletir e discutir sobre o planejamento no contexto de um processo participativo e estar em constante aperfeiçoamento, pois é um instrumento indispensável à melhoria da qualidade de ensino.

O referido documento norteia todas as atividades que serão desenvolvidas no decorrer do ano letivo escolar. Para Veiga (1996, p. 12), o PPP é uma ação intencional, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, é também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. Assim, pela sua importância, a equipe diretiva da escola tem o dever de dar conhecimento à comunidade escolar, sobre o direito à participação na elaboração do PPP. É neste processo que cada um dos segmentos deve manifestar o que espera, qual a escola desejada, visando a um ensino de qualidade, e consequentemente, o sucesso dos alunos.

Sensibilizados pela importância do Projeto Político Pedagógico, fomos motivados a perguntar: Qual a contribuição do professor de educação física na sua construção?

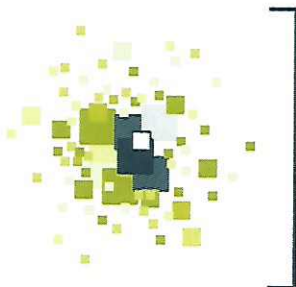
Infelizmente, percebe-se na prática cotidiana de muitas escolas, que a disciplina de educação física é considerada tanto pela equipe diretiva, quanto pelos docentes, como eminentemente “prática”, ocorrendo

menor participação desses professores nas reuniões, encontros pedagógicos e nos conselhos de classe. A educação física ainda é considerada por grande parte da sociedade como componente curricular à parte do processo de construção do conhecimento, deixando muitas vezes a entender que para formar cidadãos é preciso apenas aprender “ler e escrever”, deixando as atividades de educação física de fora, além de muitos profissionais da escola atribuírem para esta disciplina apenas o caráter recreativo, corporal e prático, destacando-se apenas em eventos festivos da escola.

O processo de construção do PPP possibilita aos profissionais de educação física, juntamente com os das demais áreas, evidenciar a importância dessa disciplina, através do planejamento coletivo, definindo metas e objetivos, assim como a sua contribuição na formação dos alunos, conforme destaca a LDB 9394/96, “é componente curricular obrigatório da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar”. Daí a importância dos professores de educação física se fazerem presentes nos debates, trocando experiências com as demais disciplinas e definindo finalidades coletivamente.

O estudo realizado permite dizer que a disciplina de educação física, através de seus professores, deve ultrapassar os espaços delimitados historicamente da “quadra, bolas e festividades” para ocupar seu lugar na formação das crianças e adolescentes, como as demais do currículo escolar e um dos espaços possíveis é a participação ativa dos professores de educação física na construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

Professora FCARP\*  
Acadêmica do Curso de Educação Física FCARP\*\*



# Business Intelligence

## O novo mecanismo na web

Andréa Barbosa Proto\*  
Válber Sardi Lopes\*  
Paulo Henrique Pereira da Costa\*\*



Em um mercado competitivo a tomada de decisão errada pode determinar a falência de uma corporação. O avanço tecnológico propicia aos executivos que atuam em níveis estratégicos da organização, analisar um grande volume de dados e tomar decisões apoiadas em informações consistentes. Desta forma, alienando a possibilidade de gerir o planejamento presente e futuro de forma equivocada.

Frente à mesma batalha, empresas virtuais buscam garantir cada vez mais sua presença no mercado digital e sobressair diante de um negócio altamente competitivo. Embora possuam algumas regras táticas diferentes, o cerne tecnológico prevalece em ambos os panoramas.

A internet possibilitou vencer os limites das fronteiras geográficas, favoreceu a globalização e consequentemente impulsionou a competitividade. Hoje, atuar no mesmo patamar que outras empresas reduz a chance de garantir lucratividade. Buscar estar além, estimar o impossível, ter o diferencial é o que garante a sobrevivência e a elitização da empresa em um mercado competitivo.

Mas, como garantir que o visitante do meu site permaneça nele o maior tempo possível? Como o atrair? Diante de quantos milésimos de segundo o visitante pode decidir ir visitar outro site? O que devo oferecer? O que os clientes estão comprando? Como fazer o meu diferencial? Estas são algumas indagações dos gestores de empresas virtuais.

Atrair cliente para determinado site não é uma tarefa trivial, vários mecanismos visam suprir esta necessidade, como exemplo, a mineração de dados via web. Mas como isso acontece? Quando o navegante acessa um site para realizar uma compra, suas informações são coletadas passivamente e automaticamente salvas no servidor da empresa que oferta o produto. Isso permite o rastreamento de todas as páginas visitadas. Assim, permite que a empresa elabore estratégias para induzir a realização da compra e a identificar a intenção de um grupo de usuários. Se a compra for efetivada, a transação é armazenada no banco de dados, as quais são monitoradas e permitem elaborar novas estratégias de marketing.

O Business Intelligence(BI) através do

monitoramento das informações armazenadas no banco de dados da empresa permite nortear decisões, mensurar as informações, sem a necessidade de gerar inúmeros relatórios. Teoricamente a montanha de informações é fracionada, delimitando regiões estratégicas a serem analisadas e sumarizadas computacionalmente, de forma on-line e customizado pelo gestor da empresa. Em seguida, o sistema identifica insights para a tomada de decisão. Permite o administrador deliberar projetos e tendências relacionando conhecimentos descritivos e subjetivos, o último oriundo do conhecimento tácito.

Recentemente a rede de supermercado Wall-mart identificou uma segmentação de clientes através do BI. Foi observado que homens que compravam fraldas descartáveis geralmente adquiriam também cervejas na compra, concluindo-se que homens que compram fraldas descartáveis são casados e geralmente adquirem cerveja no supermercado para consumir em casa. Então, ao dispor estes produtos nas prateleiras, a cerveja em promoção foi exposta próxima às fraldas, induzindo o cliente a realizar a compra da cerveja.

Em organizações a tomada de decisão é inerentemente, um processo em grupo, e um BI pode ser projetado para facilitar o processo de decisão do grupo. Outra vantagem da plataforma é a mobilidade de acesso às informações, através do BI móvel (acessado através de smartphones).

Segundo o IBGE pequenas e médias empresas do Brasil garantem 60% dos empregos no país. Atuar com o BI, neste nicho de mercado garante aumentar a economia do Brasil. O BI não é uma tecnologia distante, está bastante presente no mercado brasileiro, em empresas de diferentes portes.

Professores FCARP\*  
Acadêmico do Curso de Sistemas de Informação\*\*



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INTERNO

NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

MORADA DOS PEQUENINOS E PINGO DE GENTE

NA CIDADE DE ARAPOTANGA - MT



Marcília Benvida Fante Dan\*  
Fabiane Lopes de Castro Prado\*\*

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TC) teve como objetivo sugerir a implantação de um sistema de autoavaliação de desempenho interno nos Centros de Educação Infantil Morada dos Pequeninos e Pingo de Gente, analisando os desafios enfrentados pelos colaboradores que afetam seu desempenho, levantando os pontos fortes e fracos. A gestão de pessoas e em específico a avaliação de desempenho é responsável por desenvolver habilidades dos indivíduos e capacitá-los para o trabalho, capazes de constatar as reais necessidades e os benefícios para melhorar o desempenho funcional. Quando bem trabalhada, traz vantagem competitiva perante outras organizações, pois para se manter no mercado globalizado, é de fundamental importância o reconhecimento do capital intelectual. Toda organização depende das pessoas para executar suas tarefas e com maior eficiência e eficácia. Há a necessidade de avaliar o desempenho, para serem expostos os pontos fracos e fortes de cada um. A partir desse diagnóstico é que pode se identificar o que pode ser modificado ou transformado, para que os resultados esperados sejam efetivamente concretizados. Sendo assim, seu resultado fará com que o gestor possa mensurar o processo de treinamento e desenvolvimento, analisando o conhecimento, habilidade e atitude de seus avaliados. Na atualidade os funcionários são vistos pelas organizações como parceiros e colaboradores, sendo de fundamental importância a interação entre eles, pois através dessa parceria é que a qualidade de seu trabalho terá um forte impacto sobre sua produtividade. A avaliação de desempenho é uma ferramenta essencial para o sucesso profissional de qualquer colaborador. É

através dela que os gestores terão uma base para suas ações e decisões. Essa avaliação tem um grande papel nas organizações, sua implantação deve ser transmitida para seus colaboradores de forma objetiva, deixando bem claro a sua utilidade e as metas que pretendem ser alcançadas com todo esse processo. Observou-se com o desenvolvimento deste estudo que os colaboradores dos Centros de Educação Infantil Morada dos Pequeninos e Pingo de Gente nos cargos de apoio administrativo educacional e monitor de creche, em uma análise geral, tiveram resultados satisfatórios. Com relação aos pontos positivos dos colaboradores podemos destacar: conhecimento técnico, relacionamento pessoal e social e pontualidade com compromisso. Dentre os pontos fracos, abordados pela pesquisadora em relação aos colaboradores, podemos destacar: a iniciativa, comprometimento e produtividade que dificultam o melhor desempenho. Na análise institucional individual, observou-se que, no C. E. I. Morada dos Pequeninos os colaboradores demonstram mais iniciativa, com bom relacionamento pessoal e social com seus colegas e coordenadora, portanto, um ambiente de trabalho satisfatório. No C. E. I. Pingo de Gente os colaboradores desempenham suas funções com maior comprometimento, conhecimento técnico, pontualidade e compromisso na execução de suas tarefas. No quesito produtividade os dois centros tiveram resultados favoráveis. Mediante a elaboração do TC foram propostas algumas sugestões: treinamentos, reuniões com maior frequência com todos os colaboradores.

Professora FCARP\*  
Acadêmica egressa FCARP\*\*

# A PRÁTICA DA DANÇA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA ESTADUAL

Lizia Kelle dos Santos Almeida\*  
Erivaine Ortega Campos\*\*

Este é um trabalho científico e teve como objetivo verificar se os professores trabalham o conteúdo Dança e quais os ritmos mais utilizados, identificar a metodologia utilizada pelos professores ao trabalhar o conteúdo Dança na escola e verificar a aceitação dos escolares em relação ao ensino do conteúdo Dança. A pesquisa caracteriza-se como descritiva qualitativa, foram feitas cinco sessões de Dança com os seguintes temas: forró, bolero, samba, hip hop e dance com os escolares do ensino fundamental II de uma escola Estadual. Foram considerados sujeitos da pesquisa: 02 professores de educação física e 14 escolares nos anos finais do fundamental de uma escola estadual, tendo como instrumento um questionário com cinco perguntas abertas proposto por Somacal (2000) e outro com três perguntas validadas por profissionais da área, sendo analisado os dados a partir de uma abordagem qualitativa em forma de questionário. Com essa pesquisa foi possível identificar que não há a presença do conteúdo dança nas aulas desenvolvidas pelos professores pesquisados, mesmo sabendo que a dança faz parte dos conteúdos da Educação Física. Ficou claro que o esporte é a prioridade para esses professores, deixando de proporcionar aos seus escolares um conteúdo tão amplo como a Dança, a qual

possibilita o trabalho com a cultura, a socialização, criatividade, autoestima. Deixando de trabalhar esse conteúdo na escola, os alunos foram privados de conhecer os diferentes ritmos, das diversidades existentes tanto na nossa região como também no país. Verificou-se que os professores não apresentaram nenhum tipo de metodologia, já que os mesmos não tinham a Dança presente em suas aulas de Educação Física. A partir das intervenções aplicadas com os escolares pode-se perceber uma grande aceitação e quase nenhuma rejeição do conteúdo de dança, praticamente todos gostariam de vivenciar a Dança nas aulas de Educação Física. Percebeu-se que aceitação só não foi maior pela falta de vivência dos mesmos. Consideramos que nesta pesquisa muitos objetivos foram alcançados com êxito, a pesquisa sobre essa temática não se finda aqui, pois a dança é um conteúdo pouco valorizado da Educação Física pelos profissionais e cabe a nós futuros professores mostrar a importância e novos caminhos de pesquisa que a valorizem cada vez mais como conteúdo nas aulas de Educação Física, pois só assim, a mesma ganhará seu espaço e conseqüentemente, mais pessoas conhecerão e poderão usufruir de seus benefícios.

**PALAVRAS CHAVES:** Dança, Professor, Educação Física.

Professora FCARP\*  
Acadêmica do Curso de Educação Física FCARP\*\*



## GESTOR DE TI:

# AGREGANDO VALOR AO NEGÓCIO

Andréa Barbosa Proto\*  
Válber Sardi Lopes\*  
Anselmo de Leon Reis\*\*  
Rafael Oliveira Andrade\*\*

O GESTOR DE TI é um profissional capacitado para agregar valor ao negócio. De que forma? Para entendermos os benefícios de ter este profissional nas empresas, devemos, primeiramente, ter uma visão global do ambiente corporativo, para posteriormente compreendermos as contribuições advindas da aquisição deste profissional.

É comum nas grandes corporações a presença de um setor de TI, para tornar possível a automação do seu fluxo de informação. Na prática, pode-se notar a existência de duas grandes áreas, a área de SISTEMAS e a área de INFRAESTRUTURA. Isto independe do setor da economia onde atua a corporação. Empresas que usam softwares desenvolvidos sob medida, isto é, obtido por meio de compra de terceiros ou desenvolvido pelo próprio setor de TI, têm incorporado em sua concepção a área de SISTEMAS, que por sua vez engloba no mínimo as subáreas: BANCO DE DADOS, DESENVOLVIMENTO e ENGENHARIA DE SOFTWARE, dependendo da necessidade de sofisticação do programa. Esta contextualização obviamente nos remete ao raciocínio de que programas necessitam de computadores para serem executados, sejam eles de pequeno, médio ou de grande porte.

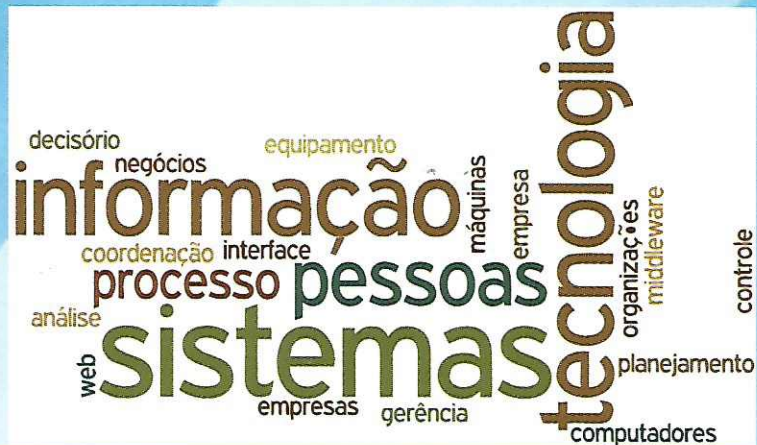
Considerando que em uma empresa existem vários funcionários trabalhando ao mesmo tempo, nos induz ao conceito de que programas devem apresentar suporte para funcionar com vários usuários trabalhando em computadores diferentes simultaneamente. Da mesma forma que a área de SISTEMAS é responsável pela gestão do software, a área de INFRAESTRUTURA é responsável pela

parte física (hardware) que garante o funcionamento do software. Além disso, é possível afirmar, de forma resumida, que a INFRAESTRUTURA é área responsável pela manutenção dos computadores e periféricos (como a impressora) e também pela interconexão entre esses computadores e isto nos leva à subárea de REDES DE COMPUTADORES que possibilita a troca de dados e informações entre os diversos computadores da empresa.

As considerações simplistas feitas acima foram necessárias para a conscientização de que assim como na área médica, por exemplo, que tem suas especialidades: pediatria, ortopedia, etc., a TI também apresenta suas áreas e subáreas, necessitando cada uma delas de profissionais especializados para o desempenho da função.

Apesar das áreas de SISTEMAS e de INFRAESTRUTURA serem consideradas distintas, necessariamente devem atuar em conformidade. Como dito anteriormente, programas necessitam de computadores e, portanto, o diretor de vendas da empresa e do diretor de marketing acessarão o programa através de computadores diferentes, interconectados pela rede.

Mas o que isso tem a ver com GESTOR DE TI? Absolutamente tudo e muito mais. Seguindo a linha de raciocínio, para entendermos os benefícios propiciados pelo GESTOR DE TI, torna-se necessário o entendimento dos níveis funcionais das empresas. Neste contexto, considera-se que empresas de médio e grande porte, podem ser subdivididas em três níveis funcionais similares a uma pirâmide. Na base da pirâmide está o nível



OPERACIONAL, geralmente composto por funcionários responsáveis pelo trabalho rotineiro da empresa, nível TÁTICO ou intermediário, composto por profissionais na posição de gerência, e finalmente o nível ESTRATÉGICO, composto pelos diretores e presidente da corporação. Antes dos anos 90, o setor de TI era considerado apenas como um setor de nível OPERACIONAL, não participando do processo de planejamento estratégico da empresa, isto mudou radicalmente. Hoje o setor TI tem presença obrigatória nas decisões estratégicas do negócio e está presente em todos os níveis da organização.

Esta mudança de paradigma é creditada à “enxurrada” de novas tecnologias que aconteceram a partir dos anos 90, com aplicações limitadas apenas pela fronteira da imaginação e o reconhecimento pelas empresas de que a informação é seu maior bem. A partir de então, surgiu a terceira grande Área da TI integrando a gestão corporativa, denominada GOVERNANÇA DE TI, área de atuação do profissional denominado GESTOR DE TI.

A ideia central da GOVERNANÇA DE TI é fazer o alinhamento entre a TI e o negócio, manipulando a informação como um ativo valioso para o sucesso do empreendimento. Para tanto, a GOVERNANÇA DE TI e suas subáreas lançam mão dos guias com as melhores práticas para o gerenciamento da informação. Estes guias sugerem modelos para a integração dos três níveis da pirâmide funcional através do uso integrado de COMPUTADORES, PROGRAMAS, PESSOAS E PROCESSOS. Uma pesquisa

realizada no ano de 2009, encomendada pelo site <http://computerworld.uol.com.br>, revelou que naquela época 38% das empresas brasileiras faziam uso da GOVERNANÇA DE TI para atingir seus objetivos de negócio e que a tendência de crescimento desta estatística era inevitável, uma vez que o sucesso de sua implantação fomentaria a concorrência de mercado. Empresas como Banco Bradesco, TAM, Nokia, entre outros, fazem o uso de pelo menos um dos guias com as melhores práticas de gestão como COBIT, ITIL, CMMI, entre outros.

Assim, esta análise sobre os benefícios de ter um GESTOR DE TI nas corporações, nos leva a observar que a empresa já goza da operacionalização do fluxo das informações através das áreas de SISTEMAS e INFRAESTRUTURA, e a implantação da área de GOVERNANÇA DE TI, responsável pela integração das ferramentas informatizadas aos objetivos do negócio, deve ser consecutiva e dependente dos objetivos a serem atingidos pela alta administração. Em particular, para o sucesso da implantação dos guias de práticas de gestão, o GESTOR DE TI é peça fundamental e deve ter conhecimento das áreas de SISTEMAS, INFRAESTRUTURA e algumas habilidades específicas como a pró-atividade, ter conhecimento na área de negócios e ainda habilidades interpessoais. Portanto, um bom GESTOR DE TI precisa estar bem relacionado com todos os níveis da pirâmide funcional das organizações para se tornar o protagonista do sucesso do empreendimento.

Professores FCARP\*  
Acadêmicos do Curso de Sistemas de Informação\*\*



16/01/2013 - Descerramento de Placas Formandos 2012



16/01/2013 - Plantio de Árvore Símbolo Formandos 2013



01/02/2013 - Missa em Ação de Graças Formandos 2013



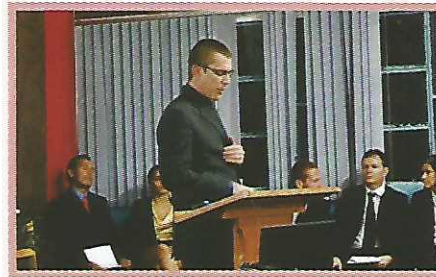
17/12/2011 - Colação de Grau Unificada Formandos 2013



04/02/2013 - Semana do Calouro



06/03/2013 - Exame de Proficiência em língua portuguesa - Curso de Direito



25/03/2013 - Projeto "CAFÉ FILOSÓFICO" Curso de Direito



16/03/2013 - Apresentação de Trabalho de Conclusão Pós-graduação em Pedagogia do Esporte



19/03/2013 - 7ª Subseção da OAB/MT promove entrega de Cartelas a Estagiários do curso de Direito



21/03/2013 - Pastoral Universitária promove a meditação da Via Sacra



22/03/2013 - Curso de Gestão da Tecnologia da Informação realiza feira: "Inovação, Criatividade e Marketing"



06/04/2013 - Curso de Sistemas de Informação realiza visita técnica à Embratel em Cuiabá-MT



10/04/2013 - Audiência Pública de Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO Curso de Ciências Contábeis



**11/04/2013 - Palestra: Profissões Jurídicas  
Curso de Direito**



**20/04/2013 - Curso de Educação Física participa  
da Etapa Estadual Caixa de Atletismo de Pré-mirins**



**26/04/2013 - XII Jogos Estaduais Abertos  
na cidade de Araputanga**



**02/05/2013 - Roda Pedagógica  
Curso de Direito**



**04/05/2013 - Acadêmicos do 7º semestre do Curso de  
Ciências Contábeis realizam visita no Sítio Santa Maria**



**15/05/2013 - Curso de Educação Física participa do  
46º Aniversário de São José dos Quatro Marcos**



**26/05/2013 - Tarde Recreativa  
Curso de Educação Física**



**28/05/2013 - 1ª Copa FCARP de Voleibol  
Curso de Educação Física**



**28/05/2013 - FCARP recebe Ícone de  
Nossa Senhora da Sabedoria**



**29/05/2013 - FCARP participa do XXII Encontro  
Nacional do CONPEDI/UNICURITIBA/2013**



**12/06/2013 - Campanha: "Faça uma criança feliz"  
Curso de Educação Física**



**12/06/2013 - FCARP realiza  
II Encontro de Ciência e Tecnologia**



**19/06/2012 - VI Mostra de Atividades Rítmicas  
e Expressivas "A magia do circo"  
Curso de Educação Física**

# AO GRANDE COLABORADOR O NOSSO MUITO OBRIGADO!



**ODENILDO DE SÁ TELES**

**Ser o primeiro é para poucos.  
O primeiro coordenador de curso.  
O primeiro a receber a visita do  
Ministério da Educação.  
O primeiro a acreditar que tudo isso  
era possível.**

**Hoje, a seu pedido, a FCARP se  
despede de você: o primeiro! Mas não  
estamos lhe dizendo um simples  
ADEUS, pois conosco sempre estarás  
e caminharás!**

**Entendemos os seus porquês  
justificados em seus novos anseios.  
Sabemos que esta fora uma difícil  
escolha, talvez insólita, mas cheia de  
vontades, do novo e, pelo novo.  
Seus méritos ficarão para  
sempre no historiar desta instituição.**

**Assim manifestamos,  
carinhosamente, nossos sinceros  
agradecimentos a você, que  
contribuiu e participou para com o  
sucesso que juntos semeamos e que,  
a cada dia laboramos em prol da  
colheita farta, fraterna e solidária  
junto aos dogmas educacionais e  
cristãos.**

**Deixamos aqui o nosso muito  
obrigado por toda sua dedicação,  
paciência e compreensão, e o  
parabenizamos por ser um grande  
vencedor de obstáculos e de  
conquista de novos sonhos.**

**Direção e Funcionários da FCARP.**



## EU DEVO PERDOAR?

Neste momento de espiritualidade queremos nos encontrar com Jesus diante dos pecadores, isto é, diante de cada homem e de cada mulher. Que possamos aprender com as atitudes de Jesus diante do pecador. Vamos usar apenas algumas passagens para este nosso momento de espiritualidade com Jesus.

Começamos com João Batista que chamava a todos à conversão: “Convertei-vos, porque o Reino de Deus está próximo” (cf. Mt 3,2). Este é o primeiro chamado que devemos escutar de Deus, antes que o Filho venha nos revelar qual é a vontade do Pai para cada um de nós. O próprio Pai, no momento do Batismo, nos revela quem é Jesus: “Este é o meu Filho, o amado: Nele eu coloquei todo o meu amor” (cf. Mt 3,17). Sendo assim, todos nós, com esta revelação dada pelo próprio Pai, devemos escutar a Jesus, pois veio não para condenar, mas para mostrar e revelar a

todos nós a Palavra de Deus, Palavra que o próprio Senhor conheceu da boca do Pai.

Jesus nos ensina que quem crê Nele, não crê somente Nele, mas Naquele que O enviou. Jesus é o caminho, a verdade e a vida (cf. Jo 14,6) que veio para dar novo sentido e significado à nossa vida, para nos ajudar a retornarmos à nossa verdadeira vocação que é aquela de Amar a Deus e seguir a sua vontade (cf. Jo 12, 44-46). Desta forma, Jesus não veio condenar: “se alguém escuta as minhas palavras e não as observa, Eu não o condeno; porque não vim para condenar o mundo, mas para salvar o mundo” (Jo 12, 47). Porém, amados e amadas de Deus, Jesus não passa a mão na nossa cabeça e diz que podemos cometer todos os pecados que queremos e ficar tranquilos: “quem me rejeita e não acolhe as minhas palavras, tem quem o condena: a Palavra que Eu disse o condenará no último dia, porque eu não falei por mim mesmo, mas o Pai, que me mandou, Ele me ordenou do que deveria falar e que coisa devo dizer. E eu sei que os seus mandamentos são palavras de Vida eterna” (Jo 12, 48-50). Com estas palavras do Próprio Jesus, temos que refletir se realmente estamos seguindo o caminho que nos leva a Deus, caminho este que temos toda a liberdade para escolhê-lo ou para rejeitá-lo. O único caminho que nos Leva a Deus é Jesus Cristo e o Caminho que

nos leva a Jesus é a fé e a conversão.

Continuando nosso momento de Espiritualidade vemos que Jesus convida a cada um de nós para sermos misericordiosos, somente assim encontraremos misericórdia (cf. Mt 5,7). Mas como sermos misericordiosos? O que Jesus realmente quis dizer com estas palavras? Para estas respostas devemos nos encontrar com Jesus no momento em que ele ensina os seus discípulos a rezar. Pelo que sabemos Jesus ensinou apenas uma oração, mas que, esta oração, contém a síntese de todo o ensinamento de Jesus sobre a vontade do Pai. O que nos interessa para este momento é que Jesus nos ensinou a dizer: “e perdoa-nos os nossos pecados<sup>1</sup>, pois nós também perdoamos a todos aqueles que nos devem” (Lc 11,4). É desta forma que devemos ser misericordiosos, perdoados aos que nos ofendem ou aos nossos devedores como trazem algumas traduções da Bíblia. Eu quero ser perdoado por Deus? Devo primeiro perdoar àquele que me ofendeu. Ser misericordioso não significa ter pena de alguém, mas significa perdoar sem reservas. Não é assim que nós queremos o perdão de Deus?

Jesus, na passagem do filho perdido, nos ensina e nos mostra claramente qual é a atitude do Pai diante do pecador que se arrepende (também esta deve ser a nossa atitude diante de quem vem nos pedir perdão). O filho, que na sua liberdade (liberdade respeitada pelo Pai), pede os bens que lhe toca e vai viver sua vida desfrutando de tudo o que o mundo<sup>2</sup> pode lhe oferecer sem se lembrar da existência do pai. Porém se esquece e não percebe que o mundo está lhe tirando o bem mais precioso que possui, a própria vida. A cada dia o mundo lhe tira um pouco do que possui, tira seus bens, tira sua saúde, tira sua fé. Neste período o mundo lhe dá muitos amigos, muitas mulheres, muito

prestígio, mas e na hora que o dinheiro acabar? Bem, nesta hora, perde-se o prestígio, perde-se as mulheres, perde-se os amigos. Neste momento a pessoa se vê sozinha, sem ninguém, se vê obrigada a mendigar. Somente quando se encontra neste momento da sua vida, que muitos (é bom lembrar que nem todos) se recordam que ainda têm um pai, que ainda têm uma família. Lá, no mais profundo da sua agonia, do seu desespero, da sua pobreza material e espiritual é que Deus desce para resgatar o seu filho perdido, que tomando consciência da sua situação eleva seu pensamento ao Pai e espera não mais ser tratado como filho, mas como um servo, um empregado do seu próprio pai.

Neste momento de profunda angústia, ainda encontramos forças para voltar ao Pai, pois esta é a nossa vocação: procurar a Deus. Assim, o filho retorna ao pai que quando o vê sai correndo ao seu encontro, como no momento do nascimento, pois este filho estava morto e foi encontrado com vida. O filho começa a pedir perdão ao Pai e o Pai interrompe, pois viu nos olhos do filho angustiado e quase morto o arrependimento. Então o Pai chama os seus servos e pede que tragam uma roupa nova, sandália aos pés e coloca novamente o anel no dedo do filho. Com o gesto de colocar o anel no dedo do filho (selo da família) o Pai lhe restitui o direito à herança, dá a ele, novamente, o direito de ser chamado filho, fato este que contraria o irmão mais



<sup>1</sup> Em referência a Deus

<sup>2</sup> Quando me refiro ao mundo, não falo em relação à criação de Deus, mas em relação àquilo que o próprio ser humano, longe de Deus, oferece às pessoas.

velho que, na sua incapacidade de perdoar, recusa-se a aceitar o filho mais novo, novamente, como irmão. Quantas e quantas vezes nós fazemos a figura do irmão mais velho que não aceita perdoar? Neste momento nosso coração está pior do que o do filho que reconheceu o seu pecado e voltou para a casa do Pai (cf. Lc 15,11-32). É desta forma que Deus age conosco quando nos arrependemos. Somos livres para viver com Deus e somos livres para viver no pecado. Todos nós hoje temos meios suficientes para conhecermos a vontade de Deus, sendo assim, só não segue quem não têm vontade.

Em Lucas 17,3-4 (cf. Mt 18,6-7.15.21-22; Mc 9,42) Jesus nos explica como devemos proceder: "Prestem atenção! Se o seu irmão peca contra você, chame a atenção dele. Se ele se arrepender, perdoe. Se ele pecar contra você sete vezes num só dia, e sete vezes vier a você, dizendo: 'Estou arrependido', você deve perdoá-lo." Jesus não nos diz que temos que aceitar tudo quietinhos, mas temos que chamar a atenção daqueles que nos ofendem, mas de forma misericordiosa (cf. Mt 5,7), sendo mansos e humildes de coração (cf. Mt 5,8). Chamar a atenção sem ofender, sem falar mal, sem devolver a ofensa na mesma moeda. Se o irmão se arrepender e vier pedir perdão devemos perdoar sempre. Uma vez perguntaram a Jesus quantas vezes devemos perdoar? Sete vezes? Jesus respondeu: "não apenas sete vezes, mas setenta vezes sete" (Mt 18, 21). Isto quer dizer o quê? Quer dizer que devemos perdoar sempre que o irmão se arrepender e vier pedir perdão. Se ele não se arrepender posso chamar a sua atenção para que reconheça o seu erro. Jesus também nos ensina como devemos chamar a atenção do irmão que peca contra nós: "Se o seu irmão pecar, vá e mostre o erro dele, mas em particular, só entre vocês dois. Se ele der ouvidos, você terá ganho o seu irmão. Se ele

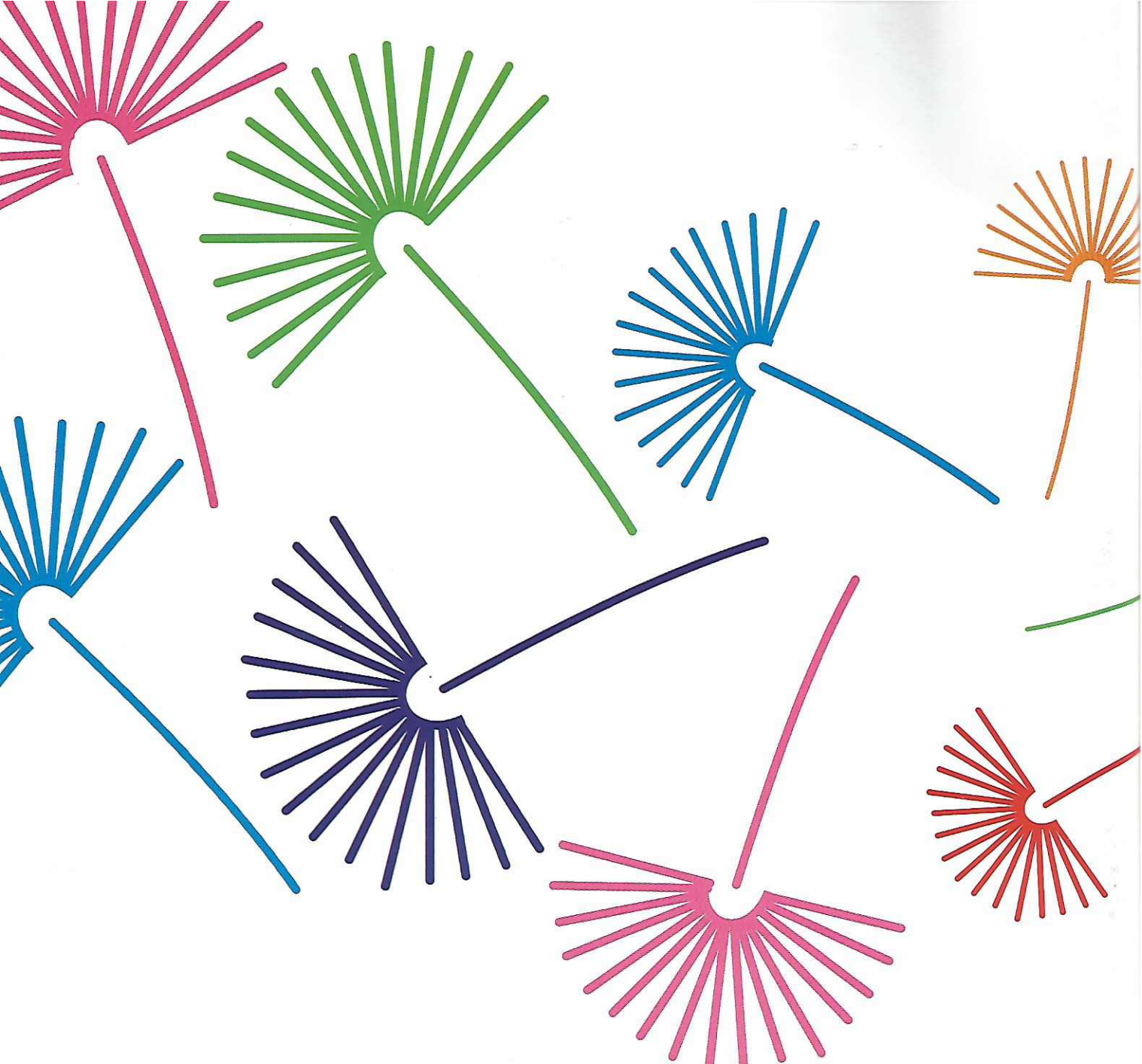


não lhe der ouvidos, tome com você mais uma ou duas pessoas, para que toda a questão seja decidida sob a palavra de duas ou três testemunhas. Caso ele não dê ouvidos, comunique à Igreja. Se nem mesmo à Igreja ele der ouvidos, seja tratado como se fosse um pagão ou um cobrador de impostos" (Mt 18,15-17). Vejam que Jesus nos ensina três etapas da correção fraterna, somente depois podemos deixar de lado.

Para concluir este momento de espiritualidade não podemos deixar de esclarecer que o perdão de Deus não é incondicional, mas sim condicional. Deus perdoa livremente porque não quer a morte do pecador, mas não pactua com o pecado. Portanto, a condição para recebermos o perdão de Deus é que devemos perdoar aqueles que nos ofendem; devemos procurar não pecar mais (cf. Jo 8,11; Mt, 18,8-9; 1Jo 2,1; Rm 6,1-2; Hebreus 12,28-29), pois Deus exige de nós a fé, o arrependimento e a confissão dos pecados, além de nos pedir também o Batismo (cf. Mc 16, 16; At 3, 37-38; 8,35-38; Rm 10,9-10).

Lembrem-se, todos nós somos pecadores e, portanto, todos temos necessidades do perdão Divino (cf. Rm 3,21-26). Desta forma devemos perdoar para que possamos ser perdoados.

Padre Evandro Stefanello  
Vaticano - Itália



FACULDADE CATÓLICA  
RAINHA DA PAZ  
ARAPUTANGA-MT

*Seu lugar é aqui!*

2014

# Vestibular

**INSCRIÇÕES**

15/10 a  
05/12/2013

Prova dia **08**  
de dezembro de 2013

[www.fcarp.edu.br](http://www.fcarp.edu.br) (65) 3261-1314

ADMINISTRAÇÃO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS - DIREITO - EDUCAÇÃO FÍSICA - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO